

Contas públicas chamam atenção

O resultado consolidado das contas públicas em março, e portanto no primeiro trimestre do ano, será divulgado na quarta-feira.



"O superávit acumulado no primeiro trimestre deve ficar próximo de R\$ 17 bilhões. Esse resultado mostrará uma queda importante frente ao primeiro trimestre de 2005, quando o superávit primário totalizou R\$ 27,677 bilhões", calcula Fernando Montero, economista-chefe da Convenção Corretora.

Especialista em política fiscal, Montero estima que o superávit primário do setor público consolidado cairá de 4,38% do Produto Interno Bruto (PIB) em 12 meses acumulados até fevereiro para 4,2% do PIB em 12 meses até março.

"A queda do superávit é esperada por pelo menos três motivos. Em março do ano passado, as empresas estatais apresentaram um desempenho muito bom e que não deve ser reprisado agora; os Estados e municípios estão gastando mais este ano e continuarão gastando porque estamos cumprindo um calendário eleitoral; e a receita do governo praticamente se acomodou no primeiro trimestre deste ano."

O economista acredita, porém, que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, fará, sim, um esforço para apresentar um resultado melhor.

"O governo central tem meta quadrimestral de superávit primário a cumprir e certamente o ministro não vai querer furar a primeira meta da sua gestão na Fazenda. Sempre dá para fazer algo sem violência porque algumas despesas podem ser adiadas", explica Montero.

INCERTEZA

Alexandre Bassoli, economista-chefe do HSBC Bank Brasil, resume a avaliação corrente no mercado lembrando que a política fiscal é o maior ponto de incerteza sobre a economia brasileira no médio e no longo prazos.

"Estamos convivendo com uma política fiscal expansionista que tem efeito, no curto prazo, na demanda agregada, podendo frear o ritmo de queda dos juros. No médio e no longo prazos, porém, a qualidade dos gastos do governo pode afetar o crescimento econômico."

Bassoli comenta que o ajuste fiscal com forte aumento da carga tributária tem impacto muito negativo na expansão da atividade.

DISTORÇÕES

"Carga tributária de 38% do PIB gera distorções relevantes na economia, principalmente

sobre projetos de investimentos. Eles diminuem e o crescimento potencial, sem gerar pressões inflacionárias, acaba sendo baixo e o juro de equilíbrio acaba sendo muito alto", pondera Bassoli.

O economista-chefe do HSBC Bank Brasil reconhece que tudo conspira para que a meta de inflação seja cumprida neste ano devido à combinação de real valorizado e perspectiva de aumento de preços administrados inferior à meta de inflação pela primeira vez desde 1999.

"O reajuste de preços administrados depende de IGPs que logo estarão apresentando variação zero. Desde a introdução das metas de inflação, o atual cenário é o mais benigno e mostra que há espaço para juro menor. Estamos, portanto, naquela situação em que não precisamos perder peso, mas mantê-lo."

PAPEL DO CÂMBIO

Bassoli comenta que há preocupação com a inflação no ano que vem, quando pode não ser tão simples alcançar a meta perseguida pelo BC. Ele lembra que a inflação tem apresentado forte queda principalmente porque o real valorizou.

"A valorização da taxa de câmbio tem um papel fundamental no processo de desinflação que teve início no ano passado, o que significa que estamos experimentando movimento oposto do visto em 2002 e 2003, quando o câmbio exerceu pressão contrária."

O economista entende que, no ano que vem, "podemos ter alguma inflação vinda de produtos comercializáveis. Isso significa dizer que a inflação derivada de bens ou serviços não comercializáveis terá que cair mais. E é aqui que entra a preocupação

A política fiscal é o maior ponto de incerteza sobre a economia brasileira no médio e no longo prazos

com a política fiscal expansionista que pode inibir queda maior do juro".

SINAL NEGATIVO

A política fiscal também é alvo de atenção de Nilson Teixeira, economista-chefe do Credit Suisse (CS).

Em relatório sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 — que ex-

cluiu os limites de 17% do PIB para as despesas correntes da União e de 16% do PIB para a arrecadação de impostos administrados pela Receita Federal —, Teixeira considera que a manutenção desses limites "contribuiria para a melhoria da gestão fiscal".

"Dado o nível da carga tributária e o ritmo de crescimento dos gastos da União, o simples cumprimento da meta de superávit primário não pode ser o único parâmetro de avaliação do esforço fiscal."

O economista-chefe do CS considera negativa a retirada dos limites e diz que, embora o Orçamento não seja impositivo — o governo não é obrigado a cum-

Há preocupação com a inflação de 2007, quando pode não ser tão simples alcançar a meta perseguida pelo BC

pri-lo integralmente —, "a retirada de parâmetros de gastos e de arrecadação transmite um sinal negativo sobre a motivação de o governo enfrentar os problemas fiscais de médio e longo prazos".

AGENDA DA SEMANA

Veja os principais eventos da agenda econômica doméstica:

Segunda-feira: Relatório do BC e Tesouro sobre dívida pública e mercado aberto (março), relatório Focus, balança comercial (3ª semana de abril), IPC-S (3ª prévia abril);

Terça-feira: Resultado primário do governo central (março), relatório do BC sobre política monetária e "spread" bancário (março), Pesquisa Seade de Emprego e Desemprego (abril);

Quarta-feira: Resultado fiscal do setor público consolidado (março), reunião do Conselho Monetário Nacional, Sondagem do Consumidor pela FGV (abril), Sondagem Industrial da CNI (1º trimestre), IPCA-15 (abril), IPC-Fipe (3ª prévia abril);

Quinta-feira: Ata do Copom, indicadores industriais da Fiesp (março), IGP-M (abril);

Sexta-feira: Sondagem Industrial pela FGV (abril).

* Angela Bittencourt é jornalista da Reuters e sua coluna é publicada diariamente para os clientes dos terminais Reuters 3000Xtra e Reuters Trader Latin America.
e-mail: angela.bittencourt@reuters.com